

## TAREFA DOS COMUNISTAS E SOCIALISTAS: CONSTRUIR UMA POLÍTICA SOCIALMENTE ENRAÍZADA PARA SUPERAR O ISOLAMENTO E A CONCILIAÇÃO DE CLASSES

Renato Nucci Jr.

Organização Comunista Arma da Crítica

A eleição presidencial de 2014, vencida por Dilma com pequena margem de diferença para Aécio Neves, entra para a história como uma das mais concorridas. Tão acirrada disputa e o perfil do voto dado a cada um dos concorrentes, expôs com nitidez a existência no Brasil de uma grande polarização política, social e territorial.

Dilma venceu esmagadoramente no Norte-Nordeste e em parte do Sudeste, neste caso Rio de Janeiro e Minas Gerais. Aécio teve vitória acachapante em regiões densamente urbanizadas do Sul-Sudeste, com Paraná e São Paulo sendo os casos mais emblemáticos. Aécio ainda venceu em quase todo o Centro-Oeste, à exceção de Tocantins. Junto ao corte regional o voto adquiriu em certa medida um corte social. Dilma venceu e teve mais votos entre os eleitores com renda mensal mais baixa, enquanto Aécio ganhou entre aqueles com renda mais alta.

Porém, essa regra teve exceções importantes. Valeu para o Nordeste, mas não valeu para as regiões Sul e Sudeste. Aécio, por exemplo, foi sufragado no “cinturão vermelho”, regiões Sul e Leste da capital paulista, redutos tradicionais do voto petista. Do mesmo modo venceu em praticamente toda a região do ABC, berço do Partido dos Trabalhadores e palco das heróicas greves das décadas de 1970 e 1980. Muitas das prefeituras dessas cidades são administradas pelo PT.

Resultados tão díspares e surpreendentes, com contrastes regionais e sociais marcantes e ao mesmo tempo contraditórios, não é obra do acaso ou fruto da pura manipulação dos marqueteiros. Refletem, sobretudo, mudanças ocorridas no capitalismo brasileiro com suas consequências nos planos político e social. A vitória arrasadora de Dilma nas regiões Norte e Nordeste expressa um fenômeno observado principalmente na primeira década do novo século, acelerado nos últimos anos. Trata-se de um movimento de maior interiorização do capitalismo brasileiro, em que regiões pouco dinâmicas foram inseridas no processo mais geral da acumulação do capital. Por seu lado, regiões ainda dinâmicas, principalmente Sul e Sudeste, que assistem a uma diminuição relativa em sua participação na economia nacional, despejaram seus votos em Aécio.

Alguns dados corroboram essa conclusão. Entre 1995 e 2011, a região Sudeste viu sua participação relativa no PIB cair de 59,1% para 55,3%. No mesmo período, São Paulo viu sua contribuição despencar de 37,3% para 32,6%. Enquanto isso, a região Norte viu sua participação crescer, para o mesmo período, de 4,2% para 5,4%, o

Nordeste de 12,0% para 13,4%, o Centro-Oeste de 8,4% para 9,6% e o Sul manteve uma participação de 16,2%<sup>1</sup>. Pesquisa da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT) trouxe dados reveladores sobre um papel cada vez mais crescente de regiões antes pouco dinâmicas do ponto de vista da produção industrial. Entre 1995 e 2010 ocorreu um crescimento absoluto do emprego no ramo de 1,473 milhão para 2,238 milhões. Em 1980 o Sudeste concentrava 80,7% dos empregos no ramo, caindo essa participação para 68,0% em 2005 e 65,7% em 2010. Enquanto isso, outras regiões viram essa participação crescer. O Sul viu esses empregos crescerem de 13,0% em 1980 para 21,8% em 2005 e 23,2% em 2010. Para o período entre 2005 e 2010, o Nordeste viu sua presença crescer de 4,3% para 5,2%, o Norte de 2,4% para 4,1% e o Centro-Oeste de 0,6% para 1,8%<sup>2</sup>.

Outra pesquisa recentemente divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) confirma esse movimento de maior interiorização das relações capitalistas, tendo em vista uma desconcentração geral da indústria brasileira. Entre 2001 e 2011, a participação de São Paulo na formação do PIB industrial caiu de 39,0% para 31,3%<sup>3</sup>. São Paulo também perdeu participação relativa no volume das exportações brasileiras. Dados do Ministério do Desenvolvimento indicam que esta caiu de 33,41% em 2006 para 23,25% 2006 para 2013<sup>4</sup>. Outros dados, como o da Rais 2013 (Relação Anual de Informações Sociais) apontam para um crescimento relativamente maior do emprego formal no Centro-Oeste (5,50%), no Norte (4,62%), no Nordeste (3,64%), no Sul (3,51%) e no Sudeste (2,28%). Em São Paulo esse crescimento foi de meros 1,94%. A média nacional foi de 3,14%<sup>5</sup>.

A apresentação desses dados serve como um indicador de mudanças no capitalismo brasileiro e do mesmo modo de certas divisões no interior da burguesia brasileira. A eleição de 2014 revelou-as com nitidez. O movimento de maior interiorização territorial do capitalismo brasileiro é um desdobramento da ascensão política de uma fração da burguesia brasileira, cuja forma de acumulação predominante está vinculada ao capital funcionante, definido por Marx como aquele que produz mais-

---

<sup>1</sup> Contas Regionais do Brasil – Participação das Grandes Regiões e Estados no Produto Interno Bruto: [http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=135&Itemid=218%3E](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=135&Itemid=218%3E).

<sup>2</sup> Mapeamento do Emprego e Desempenho da Indústria Metalúrgica do Brasil: [http://www.cnmcut.org.br/sgc\\_data/conteudo/%7BCD5D03C1-3001-4889-8D5B-FC2CE358D4B7%7D\\_emplo%20metal%3%BAArgico\\_final.pdf](http://www.cnmcut.org.br/sgc_data/conteudo/%7BCD5D03C1-3001-4889-8D5B-FC2CE358D4B7%7D_emplo%20metal%3%BAArgico_final.pdf).

<sup>3</sup> Estudo inédito da CNI mostra mudança da distribuição geográfica da indústria no país: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2014/11/1,51066/estudo-inedito-da-cni-mostra-mudanca-da-distribuicao-geografica-da-industria-no-pais.html>.

<sup>4</sup> Conferir os dados em [WWW.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)

<sup>5</sup> Ver dados da Rais em: <http://www.rais.gov.br/download.asp>

valia. Ao mesmo tempo, essa fração mantém em sua relação com o espaço nacional e o imperialismo, a condição definida por Poulantzas de burguesia interna<sup>6</sup>.

Tais caracterizações, obviamente, não devem ser vistas como rígidas e inflexíveis. Em torno delas existem matizes e orbitam interesses divergentes, mas que por conveniências conjunturais se associam a um campo concorrente. Os conceitos aqui empregados devem ser vistos como tendências que ajudam a compreender as causas pelas quais a burguesia, dividida pela concorrência, agrupa-se na forma de frações com interesses distintos. Isso ocorre porque não existe uma unificação completa dos interesses burgueses. Entre a burguesia se trava uma disputa pela apropriação e pela repartição da mais-valia globalmente produzida, gerando conflitos internos com desdobramentos políticos, sociais e ideológicos. O capital, além do mais, não é uma força abstrata e imaterial, agindo como uma mão invisível a comandar sujeitos autômatos. Ao contrário, materializa-se e se corporifica em sujeitos sociais concretos, que disputam e concorrem entre si em um contexto concreto, por maior volume de apropriação de mais-valia.

Desse modo, a marcante divisão territorial e social do voto na eleição de 2014, bem como suas opções partidárias, expressa a maneira como as diferentes frações da burguesia tem se posicionado e se especializado no processo mais geral da acumulação e reprodução do capital, e na forma de se apropriar da mais-valia globalmente produzida. No caso de São Paulo, a diminuição relativa de sua participação na economia nacional, refletiu uma mudança na forma de acumulação assumida pela burguesia residente e originária no estado. Esta, com os ajustes neoliberais da década de 1990, venderam suas propriedades e assumiu forte traço rentista, passando a viver de aluguéis e investimentos especulativos. Os velhos capitães da indústria paulista, dirigentes da outrora toda poderosa Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), cuja força econômica e política os tornavam capazes de comandar a política econômica até o começo da década de 1990, desapareceram ou viram seu poder diminuir. É sintomático que o estado paulista não tenha aproveitado a expansão da cadeia da indústria petrolífera e naval<sup>7</sup>.

Tendo esse cenário de mudanças no capitalismo brasileiro como pano de fundo é importante salientar duas questões. Trata-se, a primeira, de uma situação inusitada no contexto mais geral da política brasileira. As mudanças verificadas no processo da acumulação capitalista no Brasil foram comandadas por um partido nascido do ventre da classe trabalhadora. Os mandatos petistas foram responsáveis por retirar os óbices a um novo processo de acumulação capitalista. Esse processo, crismado por seus ideólogos de neodesenvolvimentista, acentuou-se em regiões antes pouco dinâmicas e

---

<sup>6</sup> POULANTZAS, Nicos, *As Classes Sociais no Capitalismo Contemporâneo*, Zahar, 1975: Rio de Janeiro.

<sup>7</sup> O estado do Rio de Janeiro concentra boa parte da produção naval brasileira. Dos 25 maiores estaleiros do país, localizavam-se 22 no estado, que ainda possui 62% da força de trabalho no setor.

mais atrasadas do ponto de vista da acumulação capitalista. A segunda diz respeito ao fato dessas mudanças não representarem uma completa ruptura nos mandatos petistas com a hegemonia do capital rentista-associado. A burguesia funcionante-interna teve seus interesses melhor acomodados e, em alguns momentos, ao longo dos doze anos de mandatos petistas, principalmente o de Dilma, viu-se mais beneficiada com as políticas de isenção fiscal, desvalorização do dólar e garantia de conteúdo nacional mínimo na cadeia automobilística, de petróleo e naval. Contudo, manteve-se em linhas gerais a hegemonia do rentismo na determinação da política econômica, permitindo-lhe ainda uma maior apropriação da massa de mais-valia globalmente produzida. Analisemos mais detidamente as questões apontadas.

Quanto à primeira questão, pela primeira vez em nossa história o comando dos aparelhos de Estado não coube às autênticas representações políticas da burguesia, mas recaiu a uma representação política saída das entranhas da própria classe trabalhadora. Ao PT foi confiada essa tarefa, pois além de abrandar seu programa de reformas democráticas e populares, propôs-se a gerir o capitalismo em nome da inauguração de um novo ciclo de crescimento econômico. Porém, manteve intacta a hegemonia do rentismo em termos de política econômica e procurou, dentro dos limites impostos por esta hegemonia, acomodar em melhores condições os interesses da burguesia funcionante-interna. A *Carta aos Brasileiros*, em que a direção majoritária petista promete manter os fundamentos da política econômica, é exemplificativa.

Essa política de conciliação de classe comandada pelo PT se apoiou nas velhas oligarquias econômicas e políticas, incorporando à sua prática política os velhos métodos patrimonialistas na relação com o Estado. Em certa altura do mandato de Lula, principalmente quando a economia andava a todo vapor, o país assistia o “espetáculo do crescimento” realizar-se e todas as frações burguesas viam seus lucros aumentarem, o governo acomodou com cargos na máquina de Estado vários representantes políticos. Principalmente partidos de botim, cuja relação com o Estado é a de utilizarem-no apenas para obter benesses como cargos e facilidades em transações corruptas.

E aqui temos um segundo elemento importante para a nossa análise. Os mandatos petistas governaram arbitrando os interesses das duas principais frações da oligarquia financeira, bem como o dos partidos de botim. Governou atendendo os interesses de cada qual de acordo com a conjuntura política e econômica concreta. Essa arbitragem tem duas dimensões. Primeiro, utilizou os mecanismos de política econômica para definir quais seriam as frações burguesas mais beneficiadas na repartição da mais-valia. Segundo, utilizou o poder de nomeação para acomodar os interesses dos partidos de botim e formar uma base de apoio parlamentar.

Mas, por se tratar de um governo de conciliação de classe, e pelo fato da principal base eleitoral do PT ainda se localizar em camadas do proletariado, os mandatos petistas também precisaram apassivar as classes dominadas. As contradições estruturais de nossa formação econômico-social não foram tocadas, pois são funcionais

ao processo de acumulação capitalista realmente existente em nosso país: profundas desigualdades de classe incrementadas por desigualdades de gênero, étnicas, regionais, combinadas a uma grande concentração fundiária rural e urbana. Justificou-se essa opção por não se realizar mudanças profundas de caráter democrático e popular, pela necessidade de manter a governabilidade e pela falta de uma correlação de forças favorável. Contornou-se a urgência de mudanças cujo propósito seria o de efetivar uma cidadania de direitos, marcada por uma atenuação para as massas populares dos efeitos mais devastadores da exploração capitalista e por um maior empoderamento das classes dominadas, por uma cidadania de consumo. Entende-se esta por um conjunto de políticas focadas na mera ampliação dos níveis de consumo de bens duráveis através do endividamento familiar. A efetivação dessa política se deu pela ampliação do emprego formal, porém precário, e por aumentos relativos do salário mínimo. Além disso, os mandatos petistas aplicaram com mais eficácia as políticas compensatórias como a *Bolsa Família*. Somados, o resultado dessa política de apassivamento foi o de criar as bases materiais de um campo político-popular, com profundo corte social e regional, de apoio a essa particular política de conciliação de classe, produzindo uma estabilização precária e instável da ordem burguesa no Brasil.

Toda essa mágica em garantir a acomodação de interesses de todas as frações burguesas, bem como o apassivamento político-ideológico das classes dominadas, deveu-se ao crescimento econômico mundial observado entre 2001 e 2008. A economia capitalista brasileira se aproveitou desse ciclo aumentando suas exportações principalmente de produtos agrícolas e minerais. Entre 2003 e 2013, o total exportado pulou de 73,084 bilhões de dólares para 242,179 bilhões de dólares, crescimento de 3,31 vezes. Enquanto a economia foi capaz de crescer, garantindo lucros extraordinários aos capitalistas, combinando-se esse movimento com a ampliação na oferta de empregos e o aumento nos níveis de consumo, o Brasil parecia viver o melhor dos mundos.

Mas, como diz o dito popular, se não há mal que não se cure, não há bem que sempre dure. A economia superou relativamente bem os primeiros impactos da crise econômica de 2008, com o governo estimulando ainda mais o consumo e ampliando as fontes de financiamento. Porém, a dimensão da crise trouxe ao governo Dilma dificuldades em manter a política de arbitragem relativamente equilibrada dos interesses das frações burguesas hegemônicas e um apassivamento mesmo precário e instável das classes dominadas. Para o processo de acumulação e reprodução ampliada continuar funcionando, o chamado tripé macroeconômico, base dos interesses da fração rentista-associada teve de sofrer alguns arranhõezinhos. Ocorreu uma flexibilização dos interesses rentistas<sup>8</sup>. Esse tripé é formado pelo câmbio flutuante, regime de metas de inflação e rigor fiscal. A taxa Selic, que remunera os títulos da dívida pública, foi

---

<sup>8</sup> Para uma análise da flexibilização dos interesses rentistas ver o texto “A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012), Rafael Fagundes Cagnin, Daniela Magalhães Prates, Maria Cristina P. de Freitas e Luís Fernando Novais em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002013000300011&script=sci\\_arttext&tlng=p](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002013000300011&script=sci_arttext&tlng=p)

reduzida; assim como a depreciação do real frente ao dólar, atingindo importadores e quem pega dinheiro barato no exterior para aplicar especulativamente por aqui; e as tarifas de energia elétrica foram reduzidas atendendo ao pedido dos industriais, exigindo o governo federal como condição para pactuar novos contratos com as concessionárias a exclusão da conta de amortização já amortizada das empresas elétricas. Nenhuma dessas medidas pode ser considerada revolucionária, tampouco aponta para uma perspectiva de reformas democráticas no interior do próprio capitalismo. Foram aplicadas tão somente visando à manutenção do processo de acumulação capitalista.

Redução dos juros, desvalorização do real e redução dos ganhos em bolsa com as empresas de energia atingindo os especuladores e rentistas, todas essas medidas causaram dissensões no interior da oligarquia financeira<sup>9</sup>. Mas, não só entre esta. No Brasil, a pequena-burguesia urbana também adquiriu forte traço rentista. Parte de sua renda é engordada com a especulação em ações, aluguéis e títulos públicos. E a medida da rentabilidade de seus negócios é feita em relação ao quanto seu investimento superou a inflação<sup>10</sup>. Por isso, o discurso antiinflacionário e o corte de impostos para diminuir os investimentos públicos e garantir a remuneração dos detentores de títulos da dívida pública, é música para os ouvidos desse auditório.

Outro aspecto é que com a expansão da acumulação capitalista, todas as classes e camadas sociais buscaram retirar seu quinhãozinho de mais-valia. Assim, a pequena-burguesia foi atingida pela inflação dos preços dos serviços pessoais e domésticos prestados por um terciário de baixa intensidade, composto pelas camadas empobrecidas do proletariado. Enquanto a inflação medida pelo IPCA (Índices de Preços ao Consumidor Amplo) registrou um índice de 5,92% em 2010, 6,50% em 2011, 5,84% em 2012 e 5,91% em 2013, a variação nos preços dos serviços domésticos foi respectivamente de 11,82%, 11,37%, 12,73% e 11,26%<sup>11</sup>. Por fim, mas não menos importante, a relativa popularização de certos bens de consumo via endividamento e crédito facilitado, retirou-lhes o status social anteriormente conferido por alguns desses bens. A decepção manifestada por Danuza Leão pela perda de charme de uma viagem a Paris, pois se correria o risco de encontrar com o porteiro do prédio na *Champs-Élysées*, é exemplificativa.

---

<sup>9</sup> Oligarquia financeira é o termo empregado por Lênin em *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, para caracterizar o surgimento de uma fração burguesa hegemônica, no contexto do capitalismo monopolista, representando a fusão do capital bancário com o capital industrial.

<sup>10</sup> O texto aqui indicado exemplifica o modo como a taxa de inflação adquire importância no cálculo da taxa de retorno das aplicações especulativas: “Com os juros atuais e a inflação média, as aplicações financeiras estão (sic) praticamente rendimento real zero”, Fábio Giambiagi: <http://www.blogdefranciscocastro.com.br/2013/05/como-os-juros-atuais-e-inflacao-media.html>

<sup>11</sup> Ver a matéria completa em “Doméstico pesa mais no gasto das famílias”, Pedro Soares, Folha de São Paulo, 02/03/2014.

Criou-se, a partir do rompimento parcial da política de arbitragem feita pelo governo Dilma com suas consequências para as classes penduradas no rentismo, um ambiente marcado pela insatisfação com os rumos da economia. Por uma solidariedade de interesses, a fração rentista da oligarquia financeira transformou a pequena-burguesia em sua tropa de choque política e base social e eleitoral. As antipatias de setores pequeno-burgueses para com o PT, dada sua origem de classe, acentuaram-se. Como parte dos rendimentos especulativos está atrelada a ganhos com empresas cujo papel do Estado ainda é forte mesmo após a privatização, caso da Petrobrás e das empresas elétricas, bem como com títulos da dívida pública, difundiu-se a ilusão de que o baixo retorno desses investimentos tem por culpa a inflação, cuja forma de detê-la seria por meio do aumento dos juros e do corte nos gastos públicos. Proliferou-se por todos os poros da sociabilidade burguesa brasileira, em atos e pensamentos, um discurso preconceituoso contra os segmentos mais vulneráveis das classes dominadas, como negros, pobres, moradores de rua, feministas, nordestinos etc. Todo e qualquer pensamento progressista passou a ser ainda mais menosprezado e vilipendiado. A enxurrada de ódio e preconceito destes setores após a vitória eleitoral de Dilma, principalmente contra pobres e nordestinos, com alguns sugerindo até a separação do Sul “produtivo” do Norte-Nordeste “atrasado e parasitário”, é o melhor exemplo. A defesa da tese liberal da meritocracia voltou a ganhar terreno. Os setores politicamente mais reacionários foram encorajados a expor sem constrangimento suas posições ultraconservadoras, ganhando para esse discurso, inclusive, parcelas do proletariado.

Vale a pena gastarmos algumas linhas sobre as raízes desse preconceito étnico, de gênero, de classe e regional no Brasil. Não se tratam nenhum deles, de pura ignorância das nossas “elites”. Ao contrário, representam no plano da superestrutura política e ideológica, as bases sobre as quais se assentou a exploração capitalista dos trabalhadores brasileiros. Servem para justificar um rebaixamento nas condições de vida, permitindo a extração de uma maior taxa de mais-valia. Isso ocorre porque o salário, como expressão monetária do valor de reprodução da força de trabalho, não é uma medida exclusivamente econômica. Como o próprio Marx demonstrou ele resulta, também, de um componente histórico, social e moral<sup>12</sup>. E assim como o valor puramente econômico da reprodução da força de trabalho, trata-se o valor histórico e moral de um componente em disputa pelas classes sociais. Por isso tais preconceitos são mantidos, por se tratar de uma condição necessária para o capitalismo brasileiro extrair taxas maiores de mais-valia, bem como remunerar os serviços prestados por um terciário de baixa intensidade. Servem, portanto, de justificativa para uma retribuição em valor rebaixado do valor da força de trabalho de certos segmentos da sociedade.

Voltando ao ponto, se no andar de cima e no intermediário cresceu a insatisfação com os rumos da economia, estas também ocorreram no andar de baixo. A política de apassivamento pela via do consumo como forma de conter as contradições de nossa

---

<sup>12</sup> MARX, Karl, Salário, Preço e Lucro, Global, 5ª edição, 1988: São Paulo.

formação histórica demonstrou-se precária e instável. A crise a fez atingir seus limites, tornando-se incapaz de conter nossas gritantes contradições. Por servirem de plataforma para o novo salto no ciclo de expansão capitalista observado, assistiu-se a acentuação dessas contradições em suas mais diferentes formas. Vejamos.

Mais de 90% dos empregos gerados pagam até 1,5 salários mínimos. Na base da pirâmide salarial brasileira estão os negros, as mulheres, os jovens e os nordestinos. A falta de investimentos públicos maciços em saúde e educação leva muitos trabalhadores a buscarem o atendimento desses serviços em planos de saúde e escolas particulares, ambos cobrando preços altíssimos e prestando serviços de qualidade duvidosa. Isso torna os trabalhadores ainda mais dependentes do mercado capitalista para o atendimento de suas necessidades. Os salários, cuja elevação observada nos últimos anos ainda os mantém em patamares rebaixados quando comparados ao salário mínimo necessário calculado pelo Dieese, ficam ainda mais comprometidos. A expansão capitalista aumentou o movimento de gentrificação dos espaços urbanos, principalmente nas grandes metrópoles, acentuando os processos de segregação social. A mobilidade urbana está seriamente comprometida, pois o transporte individual é favorecido em detrimento do transporte coletivo. Este, aliás, além de ser caro está entregue a verdadeiras máfias que prestam um serviço de péssima qualidade. O avanço do agronegócio, importante alicerce político e econômico do governo federal para a obtenção dos vultosos saldos comerciais, eleva as tensões em torno da luta pela terra e da apropriação dos recursos naturais. Pesquisa feita pelo Mapeamento da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), apontou para um crescimento de 40% em 2013 quando comparado com 2012, dos focos de tensão e de conflitos sociais em todo o país. Cerca de 70% destes se desenrolam em áreas rurais opondo populações ribeirinhas, pequenos agricultores, indígenas e quilombolas ao agronegócio.

O cenário acima descrito é o pano de fundo da insatisfação difusa de várias classes e camadas sociais da população, cada qual por suas razões, com o mandato de Dilma. A crise econômica mundial obrigou-a a quebrar com o equilíbrio da política de arbitragem entre as duas principais frações burguesas. A pequena-burguesia proprietária e assalariada viu seus investimentos perderem valor, os preços de serviços inflacionarem e seu status pela via do consumo declinar. E amplas camadas das classes dominadas viram se acentuar as contradições históricas de nossa formação social nas quais estão enredadas, a partir do novo ciclo de expansão do capitalismo brasileiro, refletindo-se nas condições gerais de vida.

Todas essas insatisfações ocuparam as ruas brasileiras de forma desordenada em 2013, nas conhecidas *Jornadas de Junho*. Organizadas originalmente para protestar contra o reajuste das tarifas de ônibus, espalharam-se rapidamente por todo o país dando às manifestações o caráter de verdadeira revolta popular. As manifestações se tornaram o escoadouro de um acúmulo de insatisfações com as condições de vida. A falta de vetor político capaz de dotá-las de um mínimo de organicidade e coerência deve-se, em



parte, ao fato dessa insatisfação generalizada ter tomado classes e camadas sociais distintas, que viram nas manifestações uma maneira de expor, de acordo com seus pontos de vista, seus agravos com a situação política e econômica do país. Por esse motivo, em lugares como São Paulo e Rio de Janeiro, emergiu uma corrente de opinião conservadora que capturou por alguns momentos os atos realizados entre 17 e 21 de junho de 2013, chegando a escorraçar deles as organizações de esquerda. Todavia, em todo o país prevaleceu nos protestos uma reação das massas populares contra as contradições sociais históricas de nossa formação econômico-social agravadas pelo novo ciclo de expansão capitalista. Os protestos coincidiram com a realização da Copa das Confederações, evento teste da Fifa antes da Copa do Mundo, desnudando os gastos exorbitantes com a construção e reforma dos estádios, em contraste com a situação das escolas e hospitais públicos.

Desde então, o clima de insatisfação contra o governo Dilma e de protesto em todo o país generalizou-se. Documento elaborado pelo Ministério da Defesa destinado supostamente a garantir a lei e a ordem, igualava organizações populares e de esquerda ao narcotráfico e as definia como forças oponentes do Estado e da sociedade. A avaliação positiva do governo, por seu lado, declinou e mesmo quando cresceu não retornou aos patamares anteriores aos protestos. A resposta do governo federal às demandas sociais manifestadas nas ruas, como por exemplo, fortes investimentos em saúde e educação, foram tímidos. A de maior impacto foi a do *Mais Médicos*, “importação” de profissionais estrangeiros, em sua maioria cubanos, para atender em áreas do país carentes de qualquer assistência médica, provocando um acirramento político com uma categoria profissional cuja origem, situação e posição de classe a coloca na condição pequeno-burguesa. Protestos contra a violência policial em todo o país ganharam contornos de revolta popular. Manifestações ingênuas de jovens da periferia sem opção de lazer a não ser o passeio em *shoppings centers*, os famosos “rolezinhos”, foram reprimidas pela polícia e impedidas pela justiça, exemplificando o acentuado nível de segregação social e étnica atualmente em curso. Protestos contra a realização da Copa do Mundo foram duramente reprimidos. Mesmo diante de frágeis evidências, manifestantes ficaram presos durante meses e o governo federal junto às secretárias estaduais de segurança trabalhou na elaboração de leis que visam acentuar a criminalização do protesto social. Trabalhadores com salários super achatados, como os garis do Rio de Janeiro, realizaram greves atropelando as direções sindicais pelegas. O mesmo ocorreu em algumas categorias de rodoviários pelo país, caso dos motoristas e cobradores do transporte público de Porto Alegre.

Foi nesse contexto conflituoso e de crise que ocorreu a eleição presidencial de 2014. E toda a população, burgueses e proletários, operários e pequeno-burgueses, patroas e domésticas, foram convocadas a escolher e votar nas chamadas “candidaturas principais”, eufemismo empregado pela grande imprensa capitalista para designar os candidatos que representam as principais frações burguesas.

A partir dos dados aqui apresentados, compreendem-se as razões pelas quais o voto em um dos candidatos no segundo turno adquiriu contornos sociais e regionais específicos. A vitória relativamente expressiva de Dilma se deu principalmente nas regiões Norte-Nordeste, onde o novo ciclo de expansão capitalista marcado pela interiorização fez-se mais forte, com impactos positivos do ponto de vista da geração de emprego e renda. Dilma venceu também em Minas Gerais, cuja causa se explica em parte pela gestão catastrófica de Aécio Neves, mas bem como pelo aproveitamento da burguesia local do novo ciclo de expansão e de seus efeitos relativamente apassivadores nas classes dominadas. No Centro-Oeste, como apontamos, a importância do agronegócio reforçou nos últimos anos o controle político e ideológico das oligarquias locais, dificultando o aparecimento relevante de forças políticas de um campo democrático e popular. Além do que, o agronegócio, temendo por uma guinada à esquerda na política indigenista, preferiu as garantias dadas por Aécio.

O caso mais desafiador de se entender é o de porque Aécio venceu em São Paulo e em toda a região Sul, palco das maiores manifestações durante as *Jornadas de Junho* e onde ainda se concentra o principal contingente da classe operária brasileira. Deve-se isso, a nosso ver, ao fato dessas regiões, por serem as mais populosas e dinâmicas concentrarem uma população pequeno-burguesa em proporção maior do que outras regiões do país. Como apontamos, seus interesses confluíram aos da fração rentista-associada e por isso a vitória de Aécio nesses estados foi com grande diferença de votos. Chama a atenção como o escândalo da Petrobrás foi muito bem aproveitado pela campanha de Aécio, tendo em vista a grande quantidade de pequenos acionistas cujos investimentos perderam metade do valor inicial. Para os grandes veículos de comunicação foi fácil associar a perda de rentabilidade da empresa aos esquemas de corrupção montados para desviar fundos da mesma<sup>13</sup>. Contudo, outro aspecto do problema está no fato da política de apassivamento pela via do consumo não gerar consciência de classe. Ao não afrontar politicamente os interesses das classes dominantes, produz, no máximo, uma consciência consumista, amorfa, individualista, facilmente capturada pelas representações políticas autenticamente burguesas<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> “Com crise na Petrobrás, pequenos acionistas perdem até metade dos investimentos”, Kamila Dourado, portal R7: <http://noticias.r7.com/economia/com-crise-na-petrobras-pequenos-acionistas-perdem-ate-metade-dos-investimentos-14052014>.

<sup>14</sup> Importante salientar como o próprio governo Dilma, confiante em sua forma particular de apassivamento das classes dominadas e incapaz de compreender as razões da insatisfação popular com o governo, levou Gilberto Carvalho, secretário da presidência, a declarar que algumas esferas de governo consideraram uma “ingratidão” as manifestações de junho de 2013. Segundo Carvalho, ele declarou que “fizemos tanto por essa gente e agora eles se levantam contra nós”. “Governo considerou ‘ingratidão’ as manifestações de junho”, Elder Ogliari, O Estado de São Paulo, 24/01/2014: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-considerou-ingratidao-as-manifestacoes-de-junho-diz-carvalho,1122573>.

No caso do proletariado paulista e suas diferentes camadas, bem como de uma pequena-burguesia com posições progressistas, a acentuação das contradições do novo ciclo de expansão capitalista combinada à inexistência de um campo de esquerda capaz de se apresentar como uma alternativa a falsa polarização entre PT-PSDB, tornou-as permeáveis ao discurso conservador da pequena-burguesia. Outra parte dessas classes e camadas despejou seus votos em Marina, crendo se tratar de uma alternativa à falsa polarização entre petistas e tucanos. Já no segundo turno, esses setores dividiram-se, parte votando em Aécio e parte votando em Dilma. Justificaram essa opção por julgarem que a vitória de Aécio representaria um retrocesso político e social ainda maior.

Outro fato que ajuda a explicar o voto de camadas do proletariado em Aécio tem a ver com as dificuldades enfrentadas por amplas parcelas da população, cujos ganhos salariais são baixos por causa de uma inserção ainda mais precária no mercado de trabalho. Para estes, existem sérias dificuldades cotidianas em satisfazer as necessidades básicas. Pesquisa recente feita pelo Dieese em 18 capitais, tendo por referência a cesta básica de alimentos, aponta Florianópolis, São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Vitória e Curitiba, nessa ordem, como aquelas onde o valor da cesta é o mais caro<sup>15</sup>. Esses números se referem apenas à cesta básica, mas exemplificam o alto custo de vida nessas cidades, cujos reflexos são ainda mais dramáticos para os trabalhadores. Não por acaso, em cinco destas Aécio venceu a eleição. E no caso de São Paulo, politicamente o principal *bunker* do PSDB no país, pesa ainda a diminuição relativa da importância econômica do estado no cenário econômico nacional, refletindo-se nas condições de vida da maioria da população em termos de oferta de empregos e remuneração.

Mesmo enfrentando grandes dificuldades nos principais colégios eleitorais, Dilma venceu a eleição. Porém, seu triunfo tem um gosto amargo, pois a pequena diferença de votos e a derrota para Aécio mesmo em regiões eleitorais marcadamente proletárias demonstraram os limites da política de apassivamento petista. O resultado não foi bem deglutido por setores tucanos e por parcelas reacionárias da pequena-burguesia. A margem de votos pequena de Dilma para Aécio no segundo turno estimulou iniciativas políticas que passaram a questionar o resultado das eleições, sugerindo algum tipo de fraude nas urnas eletrônicas. Também reforçou a estratégia dos setores mais beligerantes da oposição de direita a querer determinar os rumos da política econômica. Isso, de certa forma, está sendo alcançado, com a indicação de Joaquim Levy, homem de confiança das frações rentistas, para ocupar a pasta da Fazenda. O mesmo vale para a indicação da senadora Kátia Abreu (PMDB/TO), principal expoente do agronegócio, a ministra da Agricultura. Já para o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, o indicado foi o senador Armando Monteiro (PTB/PE), ex-presidente da CNI, confederação patronal que luta para

---

<sup>15</sup> Ver pesquisa completa no site:

<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2014/201410cestabasica.pdf>

precarizar ainda mais as condições de trabalho. Antes mesmo de sua posse Dilma envia sinais claros de que pretende recompor a política de arbitragem. Porém, precisando urgentemente acalmar os chefes do rentismo, bem como a pequena-burguesia reacionária que lhe serve de tropa de choque, o primeiro ano de seu segundo mandato promete ser de forte ajuste fiscal, refletindo-se nas condições gerais de vida da maioria da população.

Porém, os setores mais raivosos da oposição de direita, incluindo parcelas do PSDB e do DEM, ainda insistem em uma saída que provoque o impeachment de Dilma, procurando associá-la a todo custo ao escândalo de corrupção na Petrobrás. Esses sinais emitidos por setores do tucanato e apoiado por articulistas de grandes meios de comunicação, tem levado à rua uma extrema-direita raivosa e fascista que clama por uma intervenção militar. O problema desse setor é que por sua condição e posição de classe pequeno-burguesa, devota ela profundo desprezo pelas classes dominadas. Seus gritos de *Viva a PM* nas manifestações demonstram seu apreço por uma política de segurança pública que massacra cotidianamente os pobres, a juventude e os negros. Do mesmo modo, dado seu extremismo, são incapazes de aglutinar setores políticos burgueses que ainda prezam pelo respeito à legalidade do jogo democrático.

De qualquer modo, a emergência desses setores conservadores deve ser acompanhada com atenção. O motivo dessa preocupação se deve ao crescimento nos últimos anos de um discurso e uma prática conservadora e reacionária em nossa sociedade. A eleição de 2014 exemplifica o crescimento desse setor. Candidatos a deputado, estaduais ou federais, com um discurso conservador estiveram entre os mais eleitos em seus estados. A bancada evangélica, ruralista e dos empresários cresceu, enquanto a bancada sindical diminuiu sua participação. O fator novo na atual conjuntura é que essa direita tem saído às ruas desde as *Jornadas de Junho*, passando pelas comemorações dos 50 anos do golpe e terminando com os recentes protestos pela reeleição de Dilma. Isso, porém, não é uma completa novidade em nosso país. Em outras conjunturas marcadas por transições políticas, aguçamento da luta de classe e por mudanças no patamar da acumulação capitalista, o mesmo aconteceu. Basta lembrar os fascistas da Ação Integralista Brasileira na década de 1930, as marchas com Deus e pela família em 1964 e as ações do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) no final da década de 1960. Os avanços e recuos desses setores são determinados pelo contexto concreto da luta de classe. E só colocando as massas populares nas ruas poderemos encurralar esses setores e fazê-los recuarem.

Diante desse cenário, traçar as perspectivas das forças socialistas e comunistas em relação ao segundo mandato de Dilma exigirá de todos nós muita clareza. Antes de tudo, não se pode perder de vista que em relação ao primeiro, o segundo mandato de Dilma será ainda mais conservador. Isso resulta de uma armadilha na qual o campo majoritário petista caiu e da qual nunca mais conseguirá sair. Trata-se da necessidade de garantir a governabilidade e a conciliação de classe, mantendo intactos os interesses das frações hegemônicas da burguesia e garantindo o apassivamento das classes dominadas.

O principal requisito para tanto é o de recompor a política de arbitragem, por um lado entre as diferentes frações burguesas, e por outro entre os interesses fisiológicos dos partidos de botim no Congresso. Para tanto, as primeiras indicações do novo ministério servem nesse sentido como um aceno às frações hegemônicas da burguesia brasileira. Os rumos do governo já estão dados e não cabe aqui qualquer ilusão de que poderão ser disputados pelo movimento de massa nas ruas.

Sendo assim, a tarefa que nos cabe enquanto socialistas e comunistas é a de construirmos uma força política e social capaz de retirar o proletariado da influência nefasta causada pela política de colaboração de classe, colocando a luta de classe no Brasil em outro patamar. Mas, para tanto, torna-se imprescindível aos comunistas e socialistas romperem com o isolamento em relação às grandes massas. Utilizando-nos do raciocínio de Engels, de que a eleição é um termômetro da consciência e da luta de classe, a votação pífia dos partidos situados à esquerda do PT é um bom indicador desse isolamento.

A superação dessas dificuldades exigirá, primeiramente, identificar a maneira como o modo de produção capitalista no Brasil adicionou ao conflito de classe básico entre burguesia e proletariado, contradições próprias de nossa formação social. E a tarefa que se nos coloca é a de sermos capazes de ajudarmos na organização operária e popular e nos colocarmos junto ao povo em lutas que ainda se situam em um plano de reformas e conquistas imediatas. Destacam-se a luta por aumentos salariais substanciais, a redução da jornada de trabalho sem a redução dos salários, o fim das terceirizações, a luta por serviços públicos de qualidade, pela estatização do transporte público, fim de todo aparato repressivo do Estado voltado contra os trabalhadores, fim da exploração e violência contra os segmentos mais vulneráveis do proletariado (mulheres, jovens e negros), reforma agrária e urbana, luta contra a gentrificação do espaço urbano etc.

Tais demandas podem parecer reformistas para algumas forças políticas, diante do patamar da acumulação capitalista no Brasil. Todavia, o caráter revolucionário de um programa não é dado de antemão, pela descoberta de uma contradição metafísica incapaz de o capitalismo resolver. Tampouco a revolução ocorrerá por uma repentina tomada de consciência da classe operária de sua situação. Em *A Questão da Habitação*, Engels aponta muito corretamente nos seguintes termos sobre como principia a luta revolucionária dos trabalhadores: “*Para começar, toda revolução social deverá tomar as coisas como estão e procurar remediar os males mais chocantes com os meios existentes*” (p. 31)<sup>16</sup>. Em suma, se os socialistas e comunistas não forem capazes de dirigir lutas por reformas e melhorias imediatas como meio de ganhar o respeito e a confiança de amplas massas, permanecerão no cenário político como meros coadjuvantes e comentaristas da luta de classe.

---

<sup>16</sup> ENGELS, Friedrich, *A Questão da Habitação*, 1979, Aldeia Global: Belo Horizonte.

As contradições capitalistas estão inseridas dentro de uma formação econômico-social concreta produzida pela maneira como se deu a transição de um modo de produção não-capitalista para o capitalista, via clássica ou via prussiana, bem como pela inserção no sistema imperialista, como potências dominantes ou países periféricos em diferentes níveis. As determinações para solucioná-las de maneira reformista ou revolucionária dependerão de uma vontade política e social organizada capaz de dirigir a luta de massa. Sem ganhar a confiança do povo para dirigirmos suas lutas imediatas, que dirá dirigir uma luta revolucionária! Essa tarefa vai exigir, além da capacidade de os comunistas e socialistas se inserirem no movimento de massa, a construção de uma unidade na luta e para a luta entre suas forças políticas.

A conjuntura aberta com a reeleição de Dilma, garantida pelo apoio de setores do movimento popular que temiam um retrocesso maior com Aécio Neves, junto com as *Jornadas de Junho*, pode estar representando uma retomada do movimento de massas no Brasil. A cidadania de consumo, política de apassivamento largamente utilizada pelos mandatos petistas, esgotou-se. As lutas populares atualmente em curso no Brasil apontam para outro caminho, demandando mudanças profundas no interesse do conjunto das classes dominadas. Caso os comunistas e socialistas não sejam capazes de dirigi-las, dando-lhes outro curso, serão novamente apassivadas pela cooptação política, econômica e ideológica; sucumbirão à influência de representações políticas autenticamente burguesas; ou sofrerão a mais pura violência dos aparelhos jurídico-repressivos do Estado.

**Campinas/SP, novembro de 2014.**